

**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXX/DF**

**Autos nº XXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, oferecer as suas

**ALEGAÇÕES FINAIS,**

com fulcro no artigo 404, parágrafo único, do Código de Processo Penal, o que o faz nos seguintes termos.

**1. SÍNTESE DO PROCESSO**

O Ministério Público apresentou denúncia em desfavor do acusado imputando-lhe a prática dos crimes de ameaça e lesão corporal, previstos nos artigos 129, §9º, e 147 do Código Penal, ambos em contexto de violência doméstica e familiar nos termos da Lei nº 11.340/2006.

Citado pessoalmente, o acusado, por meio da Defensoria Pública, apresentou resposta à acusação.

Em audiência de instrução e julgamento (id XXXXX), foram inquiridas as testemunhas policiais **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**.

Em audiência de continuação (id XXXXXX), foi inquirida a vítima e, por fim, procedeu-se ao interrogatório do acusado.

O Ministério Público apresentou alegações finais da acusação pugnando pelo provimento parcial da denúncia, de forma que o acusado

seja absolvido do crime de ameaça e condenado pelo crime de lesão corporal.

Vieram então os autos à Defensoria Pública, para apresentação das alegações finais.

## **2. DO MÉRITO**

### **2.1. Ausência de provas em relação ao crime de Ameaça.**

Imperioso destacar que o membro do Ministério Público, em sede de alegações finais, requereu a absolvição do réu quanto ao crime de ameaça. Isso porque, judicialmente, não houve a comprovação dos fatos narrados em sede policial.

Cabe destacar que a suposta vítima, em Juízo, discorreu de forma distinta da que relatou na delegacia de polícia, de modo que judicialmente negou ter sido ameaçada pelo réu. Segundo ela, estava com raiva na delegacia e, por isso, disse ter sido ameaçada, porém isso não aconteceu. Afirmou que o acusado não portava uma faca no dia dos fatos e que ele não a ameaçou.

As testemunhas policiais não presenciaram os fatos. Já o acusado, em seu interrogatório, negou ter ameaçado a ofendida.

Frise-se que o Código de Processo Penal afirma que o juiz não pode proferir um decreto condenatório fundamentando-se, exclusivamente, nas provas originadas de investigação criminal, vejamos:

Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Logo, diante da não judicialização da prova colhida em sede policial, não há de se admitir que haja a condenação do réu.

Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que decidiu que:

PENAL. ABSOLVIÇÃO DA ACUSAÇÃO DE SATISFAZER A LASCÍVIA NA FRENTE DE DUAS CRIANÇAS. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM PRETENSÃO À CONDENAÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. SENTENÇA CONFIRMADA. 1 Réu absolvido da imputação de infringir duas vezes o artigo 218-A do Código Penal, por insuficiência de provas. Apelação do Ministério Público postulando a condenação nos termos da denúncia. 2 O exame percuciente das declarações prestadas pelos protagonistas do fato não permite concluir com segurança a materialidade e a autoria, justificando a absolvição com base no princípio in dubio pro reo. 3 Apelação não provida.

(TJ-DF 00001689120188070004 - Segredo de Justiça 0000168-91.2018.8.07.0004, Relator: GEORGE LOPES, Data de Julgamento: 23/07/2020, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no PJe : 04/09/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Por tais razões, à míngua de provas de materialidade sobre fatos descritos na denúncia, a absolvição do réu é medida que se impõe, nos termos do art. 386, inciso VII, do CPP.

## **2.2 Absolvição do acusado quanto ao crime de lesão corporal. Insuficiência de provas.**

Após minuciosa análise das provas trazidas aos autos, verifica-se que o conjunto probatório também não é suficiente para demonstrar a veracidade da imputação formulada na denúncia acerca do crime de lesão corporal. Isso porque, o acusado nega ter agredido a vítima, assim como as testemunhas policiais discorreram, em Juízo, que a ofendida não

aparentava lesões físicas.

Impende registrar que o laudo de corpo de delito da vítima descreve a lesão de Bossa sanguínea de 3 x 2 cm em região temporal direita (id - XXXXX), a qual é de fácil visualização mesmo que em circunstância excepcionais, como, baixa luminosidade ou distância.

**Ocorre que as testemunhas policiais, ao serem questionadas pela Defesa, responderam que não se recordam de terem visto lesões aparentes na ofendida. No ponto, destaque-se que a denúncia narra inúmeras formas de agressão física, como, socos, chutes e mordidas, entretanto as testemunhas não se recordam de terem visto os vestígios dessas lesões.**

Outrossim, ambos os policiais, FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, asseveram que o acusado teria lhes dito que, na verdade, ele é que teria sido agredido pela suposta ofendida. Além disso, os agentes públicos disseram que o acusado estava todo machucado com marcas de arranhões, lesões superficiais e até mordidas.

Importante ressaltar que o depoimento dos policiais na esfera policial já tinha sido no sentido de que a vítima não aparentava lesões, mas que o acusado teria lhes afirmado que, na verdade, ele que tinha sido agredido. (id XXXXXX)

Como corolários das lesões, o acusado foi levado à UPA. A Defesa, em sede de audiência id - XXXXXX, requereu a juntada aos autos do prontuário de atendimento do réu. NÃO CONSTA NOS AUTOS A RESPOSTA DO OFÍCIO.

É possível constatar com o prontuário do acusado que xxxxxxx.

Em que pese a Acusação indicar que o acusado teria se machucado sozinho, é inegável que tanto o acusado, quanto as testemunhas policiais apresentaram discurso semelhante no que se refere à fala do réu de que a ofendida o machucou. Além disso, os agentes

públicos reconheceram que o acusado apresentava lesões oriundas de arranhões, bem como que ele estava todo machucado.

Ressalte-se ainda que, em seu interrogatório, o acusado asseverou que a vítima o agrediu com mordidas e que ele apenas a segurou. No ponto, destaque-se que o réu, durante o interrogatório, inclusive mostrou a lesão que sofreu no braço em virtude de uma das mordidas da ofendida (id - XXXXXXX).

Em síntese, a versão apresentada pelo acusado coaduna-se com as declarações das testemunhas.

Portanto, encerrada a instrução, nota-se, claramente, que o conjunto probatório mostra-se frágil para sustentar uma condenação, já que não há elementos suficientes que indiquem ter o acusado agredido a vítima ou ainda que tenha iniciado as agressões.

Por tais razões, à míngua de provas de materialidade sobre fatos descritos na denúncia, a absolvição do réu é medida que se impõe.

### **2.3 Subsidiariamente tese de legítima defesa. Ocorrência de agressões recíprocas.**

Subsidiariamente, caso se considere que o acusado agrediu a vítima, tal conduta foi realizada com a intenção de defesa, pois foi a ofendida quem deu início às agressões.

Além disso, nota-se com o depoimento das testemunhas policiais que o acusado estava ferido com marcas de arranhões.

Importante ressaltar ainda o prontuário de atendimento médico do acusado FULANO DE TAL. . **NÃO CONSTA NOS AUTOS A RESPOSTA DO OFÍCIO.**

Por conseguinte, há de se admitir **a ocorrência de agressões recíprocas. Em tais casos, tratando-se de lesões mútuas, e considerando que foi a própria vítima que deu início às**

**agressões, a jurisprudência do e. TJDFT firmou-se no sentido do decreto absolutório, confira-se:**

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PALAVRA DA VÍTIMA. DISCREPÂNCIAS. AGRESSÕES RECÍPROCAS. DÚVIDAS QUANTO A QUEM DESENCADEOU AS AGRESSÕES. RECURSO PROVIDO. 1. É certo que nos crimes envolvendo violência doméstica, a palavra da ofendida é dotada de especial relevo. Entretanto, se: a vítima, ao ser ouvida em Juízo, alterou parcialmente o relato apresentado na Delegacia; foi evasiva ao ser questionada sobre o dano no para-brisa do apelante; e confessou apenas ter desferido um tapa no rosto do réu e cotoveladas em sua virilha, em supostas situações de defesa, quando o laudo de exame de corpo de delito dele atestou diversas outras lesões, inclusive nas costas do réu, a palavra da ofendida não está totalmente harmônica nem em plena conformidade com a prova dos autos. 2. Havendo dúvida quanto a quem deu início às agressões e tendo os laudos periciais atestado lesões sofridas pelo acusado e pela vítima, compatíveis com agressões recíprocas e proporcionais, não se pode afirmar, com a segurança que a condenação penal exige, que o réu teria sido autor do delito de lesões corporais contra a vítima, sendo mister a absolvição, consoante o brocardo do "in dubio pro reo". 3. Recurso provido.

(TJ-DF 20180610044367 DF 0004331-11.2018.8.07.0006, Relator: SILVANIO BARBOSA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 19/09/2019, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2019 . Pág.: 64/85)

Por todo o exposto, requer seja julgado improcedente o pedido formulado na presente ação penal para ABSOLVER o acusado do crime de lesão corporal, com fulcro no art. 386, incisos VI VII, do Código de Processo Penal.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Defensoria Pública do Distrito Federal vem requerer a absolvição do acusado das condutas descritas na denúncia, com fundamento no artigo 386, incisos VI e VII, do Código de Processo Penal.

Pede deferimento,

XXXXXX - DF, XX de XXXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**  
Defensor Público do DF